



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000391818

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1006442-15.2024.8.26.0554, da Comarca de Santo André, em que é apelante BANCO PAN S/A, é apelado NATAN DOS SANTOS SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO E MARCOS DE LIMA PORTA.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº 4.127

APELAÇÃO Nº 1006442-15.2024.8.26.0554

APELANTE: Banco Pan S.A.

APELADA: Natam Dos Santos Silva

COMARCA: Santo André

JUIZ(A): Sidnei Vieira da Silva

Contratos bancários. Financiamento. Ação revisional. Sentença de parcial procedência. Apelação do banco réu. Instituições financeiras têm direito de cobrar juros não limitados pela Lei da Usura (súm. 596 do STF), nem ao limite de 12% ao ano (súm. 382 do STJ). Ausência de prova de que os juros contratados por terceiros em situações semelhantes sejam muito inferiores à taxa impugnada (tema 27 do STJ). Manutenção da mora do devedor Abusividade da taxa de juros não demonstrada, reformando-se a sentença nesse sentido. Recurso provido.

Vistos.

A r. sentença (fls. 282/292) cujo relatório se adota, julgou a pretensão da parte autora nos autos de “ação revisional” nos seguintes termos do dispositivo: “*JULGO PROCEDENTE em parte os pedidos formulados na inicial para: a) DECLARAR a nulidade da taxa de juros pactuada que deverá ser substituída pela taxa média de mercado para o mês da contratação, 1,94%a.m e*

26,35 a.a; b) *DECLARAR a inexistência de mora por parte do autor no contrato revisado nos exatos termos desta sentença; c) DETERMINAR que, após a revisão dos cálculos à taxa média indicada, sejam feitas as devidas compensações com os valores já pagos pelo requerente. Eventuais quantias pagas a maior, se mesmo operada compensação, persistindo, deverão ser restituídas ao autor, na forma simples, com correção monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo a partir do desembolso, mais juros de mora de 1% ao mês, contados da citação, sendo que, a partir de 28/08/24, a correção monetária e juros serão feitas unicamente pela taxa SELIC. Por outro lado, JULGO IMPROCEDENTES os demais os pedidos. Com isso, em razão da sucumbência recíproca, considero-a em 80% para o autor e em 20% para o requerido. Desse modo, as custas e despesas processuais ficam nessa proporção para as partes. Quanto aos honorários advocatícios, considerando, em especial, o trabalho realizado, o tempo decorrido, os valores em questão, a cumulação de pedidos, fixo-os em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa. Destarte, cabe ao advogado do autor o percentual de 2% (observado descabimento de fixação por equidade no caso, pois a demanda não possui valor ínfimo) e ao do requerido em 8%, em conformidade com o disposto no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Incide correção monetária desde a propositura da ação e juros de mora de 1% (um por cento) a contar da citação, com aplicação da SELIC a partir de 28/08/24, observado, não obstante, o artigo 98, §3º, posto que o requerente é beneficiário da justiça gratuita”.*

Inconformada, a parte ré interpõe recurso de apelação (fls. 300/315), argumenta que a taxa de juros pactuada não é abusiva, contestando sua limitação à média de mercado, e requer a revogação da tutela que afastou a mora, alegando inadimplência do autor. Também se opõe à compensação ou repetição de valores, reforçando que não houve pagamento por erro, pede manifestação sobre dispositivos legais para prequestionamento e solicita a inversão do ônus de sucumbência, pleiteando o provimento do recurso para que a ação revisional seja julgada improcedente.

Contrarrazões em fls. 326/329.

Preparo em fls. 316.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

Autos remetidos a este Núcleo de Justiça em 2º Grau em 27 de março de 2025.

É O RELATÓRIO.

Trata-se de ação em que a parte autora alega que contraiu financiamento com a ré, sustentando a existência de cláusulas abusivas. O juízo *a quo* entendeu pela abusividade dos juros.

A legislação e a jurisprudência garantem ampla liberdade de fixação de taxa de juros às instituições financeiras, que não se submetem à Lei da Usura (súm. 596 do STF) e podem exigir percentuais superiores a 12% ao ano (súm. 382 do STJ), bem como cobrar capitalização (temas 246 e 247 do STJ).

No julgamento do tema 27, o STJ fixou o seguinte entendimento relativo ao aparente conflito entre a liberdade das instituições financeiras de fixar taxas de juros e o direito do consumidor contra práticas abusivas:

“É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada. art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto”.

(REsp 1.061.530/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, j. em 22/10/2008, g. n.).

Mais especificamente quanto à abusividade, o STJ já

teve oportunidade de esclarecer que o mero fato de os juros remuneratórios contratados serem superiores à média do mercado *não* ofende o direito do consumidor, cuja configuração depende de uma série de circunstâncias:

“3. Prevaleceu o entendimento de que a taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para cada segmento de crédito é referencial útil para o controle da abusividade, mas o simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso. Ao contrário, a média de mercado não pode ser considerada o limite, justamente porque é média; incorpora as menores e maiores taxas praticadas pelo mercado, em operações de diferentes níveis de risco. Foi expressamente rejeitada a possibilidade de o Poder Judiciário estabelecer aprioristicamente um teto para taxa de juros, adotando como parâmetro máximo o dobro ou qualquer outro percentual em relação à taxa média.”

4. O caráter abusivo da taxa de juros contratada haverá de ser demonstrado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração circunstâncias como o custo da captação dos recursos no local e época do contrato; o valor e o prazo do financiamento; as fontes de renda do cliente; as garantias ofertadas; a existência de prévio relacionamento do cliente com a instituição financeira; análise do perfil de risco de crédito do tomador; a forma de pagamento da operação, entre outros aspectos”.

(REsp n. 1.821.182/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª T., j. em 23/06/2022, g. n.).

Essa análise do contexto do contrato é necessária, pois um consumidor com renda variável e histórico de várias negativações tende a oferecer mais risco de inadimplência do que outro, com renda fixa e sem qualquer restrição na praça, justificando-se que os juros cobrados do primeiro sejam maiores do que os juros exigidos do segundo.

No caso sob análise, a parte autora limitou-se a

comparar a taxa cobrada (3,50% a.m.) com a taxa média do mercado (1,94% a.m.), o que não é suficiente para evidenciar abusividade, de acordo com a jurisprudência. Ademais, vale dizer que a taxa média é apenas referência, não obrigatória.

Além disso, a parte autora não provou que outros clientes em circunstâncias semelhantes às suas tenham obtido juros muito inferiores aos impugnados. É dizer, não foi demonstrado que, em operações parecidas, consumidores com o mesmo perfil de risco do consumidor tenham obtido juros menores, concluindo-se pela ausência de prova de abusividade.

Assim, revoga-se a decisão que afastou a mora do devedor, reconhecendo-se o inadimplemento e suas consequências legais, conforme os arts. 389, 394 e 397 do Código Civil.

Determina-se, ainda, a improcedência do pedido de compensação e repetição de indébito, tendo em vista que os pagamentos efetuados decorreram do cumprimento do contrato válido.

Portanto, voto para reformar a sentença, retirando-se a abusividade dos juros pactuados. Assim, a ação é improcedente. Custas e honorários de 15% sobre o valor da causa deverão ser pagos pela parte autora, observada a gratuidade concedida.

A oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal).

Isto posto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator